

Nota de abertura

Com algum atraso sobre a data prevista, sai agora o nº 3 de CLASSICA. Pensamos, no entanto, que o nº 4 sairá a tempo e horas, uma vez que já possuímos uma boa parte da matéria a ser nele incluída.

O presente fascículo devia ser, conforme havíamos programado, inteiramente consagrado à pronúncia do latim. Infelizmente, não apenas por indisponibilidade do indigitado organizador, mas também por falta de colaboração (onde estão os nossos colegas do Secundário?), este volume sai com as características aproximadas dos precedentes. Mesmo assim, apresentamos alguns artigos relacionados com o tema originariamente proposto, os quais, supomos, suscitarão interesse (e quiçá colaboração ...) da parte dos nossos leitores.

O assunto fica, pois, em aberto.

No fundo, a questão da pronúncia do latim nem é o mais importante na reforma do ensino desta língua: se nos limitássemos a impô-la, mas parássemos aí, mais valia ficarmos quietos desde o princípio.

Nesta ordem de ideias, talvez não seja mau de todo que o nosso plano tivesse saído "furado", pois podemos (e devemos) pensar maduramente no futuro dos estudos clássicos em Portugal. Certamente que a experiência do

ano propedêutico nos pode ser útil, descontando, claro, o conceito que cada um possa ter (e nós temos o nosso, algo crítico) desse processo de "instrução", do modo de relação entre docentes e discentes, do tempo lectivo, dos métodos de avaliação, etc.

Apesar de tudo, é inegável que se abriram possibilidades de renovação pedagógica, que é preciso aproveitar a nível de iniciação.

A questão básica que devemos levantar é a da validade (em termos de "útil" e "actual") dos estudos clássicos: se não são úteis nem interessam ao homem actual, ou se, do ponto de vista pragmático, podemos substituí-los com vantagem, para quê então insistir em mantê-los a todo o custo no nosso sistema de ensino? Apenas para conservar a tradição... ou os nossos empregos?

Estamos convencidos de que, na moderna sociedade, o estudo da cultura, das línguas e literaturas clássicas já não deve ocupar a posição que noutros tempos se justificava. Mas que lugar lhes cabe ainda (se cabe)?

Não vamos tocar na velha tecla de que o grego e o latim têm um valor formativo e humanístico insubstituível. Na verdade, uma tal afirmação reflecte uma certa morbidez idealista, e defendê-la é correr o risco de cair no ridículo... o que não quer dizer que neguemos aos estudos clássicos largas possibilidades formativas, que, no fundo, ainda não foram esgotadas.

Para além deste aspecto, a nossa defesa dos estudos clássicos assenta em bases mais objectivas: eles são,

agora sim, insubstituíveis em vários ramos da actividade científica, como, p. ex., História (medieval portuguesa ... e não apenas), Epigrafia, Arqueologia, Filosofia, Linguística, Literatura (e não só da época "humanística"), para não mencionarmos outros talvez discutíveis.

Em qualquer destes ramos, o investigador tem obrigação de, pelo menos normalmente, se bastar a si próprio quando trabalha com documentos escritos em latim (ou grego...).

Ora, apesar disso, não vamos propor o alargamento do leque de cursos do Secundário nos quais as duas línguas clássicas constariam com carácter obrigatório. Entendemos, sim, que o aluno que chega a um Departamento de Estudos Clássicos deve trazer já os conhecimentos mínimos de grego e de latim. Quanto aos outros, deverão dispor de reais possibilidades (que incluem, para além da reestruturação dos currículos, uma orientação honesta) de acesso aos estudos clássicos.

Mas não basta: a própria Faculdade deveria estar em condições de proporcionar aos seus estudantes (e porque não também aos docentes?) doutros Departamentos a ocasião de adquirirem conhecimentos de grego e/ou latim, que, em determinado momento, foram levados a descobrir que lhes faziam falta. É verdade que para esses (e também para alguns alunos do nosso Departamento) se criou, a certa altura, a cadeira de Grego Elementar, mas infelizmente a reforma catedrático-ministerial não prevê a sua necessidade. Com isso, retira a muitos estudantes a oportunidade de se proverem dum instrumento de trabalho

que bem poderia orientá-los em determinadas direcções e domínios praticamente desguarnecidos de investigadores e que bem interessam à nossa cultura.

Como se vê, não pedimos a lua, mas apenas uma reforma de vistas largas, a qual, sem obrigar todaa gente a estudar latim e/ou grego, a muitos dê, efectivamente, e nos dois graus de ensino, a liberdade de escolherem uma disciplina indispensável culturale e profissionalmente.

E para que não nos acusem de vistas curtas, também é justo declarar, aqui, o nosso convencimento de que uma formação científica só faz bem aos homens de letras... (Lembra-se aqui um amigo, espantado por saber que alguns de nós estudamos estatística, técnicas de análise linguística por computador... trapalhadas dessas que não pareciam dever interessar-nos.)

Apesar de os tempos não correrem propícios a reformas de... base, talvez valha a pena fazer um esforço por montar um esquema de reestruturação integrada, coerente, maleável, pronto a ser aproveitado em melhor ocasião: principes transeunt, scripta manent...